

Breve estudo sobre o perfil do deficiente auditivo e seu desempenho lingüístico

Eulalia Fernandes*

Este artigo focaliza o surdo em sua deficiência, destacando a influência da linguagem no seu desenvolvimento e seu desempenho em Língua Portuguesa. Decorrente de estudos realizados pela autora em torno de sua tese de doutorado "O surdo e seu desempenho lingüístico", tem-se, como finalidade, apresentar algumas observações e as conclusões a que chegou no decorrer de suas investigações.

A influência da surdez sobre o indivíduo mostra características bastante particulares desde seu desenvolvimento físico e mental até seu comportamento como ser social. Neste aspecto, destaca-se a linguagem como fator de vital importância para o desenvolvimento de processos mentais, personalidade e integração social do surdo, apresentando-se como elemento essencial aos processos que visam a sua recuperação e reabilitação. Destacam-se dois fatores que dão à linguagem esta posição de prestígio:

- a) os fundamentos da aquisição da linguagem exercem sua influência muito antes do começo propriamente dito do processo de aquisição, como, por exemplo, a especialização das funções cerebrais e lateralização da fala e não fala;
- b) a ausência da linguagem interfere de modo significativo no desenvolvimento do indivíduo.

Assim, uma vez que há indícios comprovados de que a criança nasce com características específicas que a preparam para a aquisição da linguagem e sua ausência provoca modificações comportamentais, a linguagem se impõe como eixo de todos os processos de educação.

Verificou-se, de fato, que a preocupação com a aquisição e desenvolvimento do instrumental lingüístico tem sido uma constante em todos os processos e técnicas de reeducação do deficiente auditivo. Os métodos educacionais conhecidos são uma amostra disto, pelo menos em termos teóricos. O desempenho lingüístico conseguido por alguns informantes que compuseram o corpus da pesquisa de campo, na tese a que este artigo faz referência, permite aceitar a eficácia dos

métodos usados em sua recuperação. Tais recursos, infelizmente, atendem a uma pequena minoria. Isto porque a aplicação destes métodos normalmente requer aparato técnico sofisticado, que implica custos elevados. De modo geral, o que os resultados dos testes mostram é que, pelo menos na área de atuação desta pesquisa, os processos que vêm sendo utilizados na reeducação da maioria dos surdos profundos congênitos estão longe de ser lingüisticamente eficazes.

A descrição lingüística feita na tese cumpriu, ainda que em linhas gerais, o objetivo de mostrar o desempenho destes deficientes. O trabalho não pôde contar com três importantes contribuições: um estudo paralelo com ouvintes normais, com graus de escolaridade equivalentes; um estudo do desempenho de falantes estrangeiros e um estudo da Língua dos Sinais. A falta destes dados contribuiu para que muitas das características do desempenho do surdo não pudessem ser descritas e analisadas em termos comparativos. Neste sentido, esta pesquisa ressalta a importância do desenvolvimento de trabalhos que venham a preencher esta lacuna.

São retomadas, aqui, as características lingüísticas dos surdos entrevistados, seguidas das conclusões tiradas da análise dos dados e de outras observações, sempre que se fizer oportuno ou necessário:

a) O deficiente auditivo, de modo geral, demonstrou pouco conhecimento dos recursos da Língua Portuguesa e considerável limitação no que se refere ao domínio de suas estruturas. Isto pode ser retratado:

- pela dificuldade com o léxico;
- pela falta de consciência de processos de formação de palavras que o fazem não deduzir, por exemplo, *desengolir* por *engolir*, *umedecido* por *umedecer* e não reconhecer a contração de preposição com artigo;
- pelo uso inadequado dos verbos em suas conjugações, tempos e modos;
- pelo uso inadequado das preposições;
- pela omissão de conectivos em geral;
- pela omissão de verbos de ligação;
- pelo uso do verbo *ser* por *estar*;

Eulalia Fernandes é Doutora em Lingüística, Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e desenvolve pesquisa na área de linguagem e cognição.

- pelo uso indevido dos verbos *estar* e *ter* usados, por vezes, indistintamente;
- pela colocação inadequada do advérbio na frase;
- pela falta de domínio e uso restrito de certas estruturas de subordinação.

Algumas destas características não são próprias do surdo apenas. A dificuldade com o léxico, o uso inadequado das preposições, verbos e erros de estruturação frasal são falhas comuns encontradas em falantes no processo de aprendizagem de uma língua estrangeira. Não são encaradas, portanto, como deficiências próprias do surdo mas de um falante que, privado do contato lingüístico, reflete as mesmas dificuldades apresentadas por um ouvinte no trato com outra língua. Assim, nestes casos, não é a deficiência que provoca o erro, e, sim, a falta de contato constante com a língua. Por outro lado, alguns erros cometidos pelos surdos são também comuns em falantes pouco escolarizados. Reflete, como neste, falhas no processo educativo. Estas constatações levam a concluir que a falta de domínio do instrumental lingüístico deve ser vinculada à surdez apenas no que concerne à impossibilidade de exposição contínua ao meio lingüístico e a falhas no processo de reeducação. Os resultados dos testes de alguns informantes mostram não ser a surdez uma deficiência que impeça um desempenho lingüístico equivalente ao de um falante considerado normal.

b) Certas produções lingüísticas chamam a atenção por suas peculiaridades. Notaram-se, por exemplo, usos que se identificam com outras línguas e em nada parecem vincular-se ao português. Não foram, portanto, estruturas adquiridas na escola ou através de métodos de educação. Segundo observações feitas no decorrer das testagens, tais usos parecem caracterizar uma interferência da Língua dos Sinais sobre a Língua Portuguesa escrita. Mas o que terá feito com que estes usos correspondessem à gramática desta Língua dos Sinais? Vejam-se, como exemplos:

- omissão de verbos de ligação que já caracterizava a gramática do grego e do latim e permanece em algumas línguas modernas;
- uso indistinto dos verbos *ser* e *estar* que apresentam uma só forma em várias línguas.

Estas incidências, como outras que poderão ser levantadas em um estudo descritivo da Língua dos Sinais, levam a uma reflexão em torno dos universais lingüísticos.

c) Interessante notar que não há, de modo geral, problemas relativos à ortografia. Destaca-se a memória visual muito desenvolvida neste deficiente como um vantajoso recurso na reprodução gráfica. Os acentos, no entanto, representam uma grande dificuldade para

o surdo. A tonicidade da palavra, que é percebida através da audição e muito pouco através da leitura labial, confunde, por vezes, mesmo os surdos que apresentam melhor desempenho. Assim, os erros de acentuação refletem mais do que uma falha gráfica. São testemunhas das dificuldades prosódicas do deficiente auditivo em vista de sua não exposição ao aspecto melódico da língua.

d) Não se constatou, de modo geral, a consciência das modalidades de discurso e registro. A exceção de dois informantes, dentre quarenta, o que se observa é uma uniformidade de registro. Tais afirmações, entretanto, não podem ser categóricas. Este aspecto da pesquisa ficou substancialmente prejudicado, pois houve informantes que não cumpriram de modo correto as tarefas referentes a bilhetes. Muitos informantes demonstraram que não sabem usar a forma de bilhete como recurso de comunicação e usaram a linguagem narrativa confundindo-a com as funções propostas. Em decorrência disto, as análises referentes ao estudo de registro ficaram reduzidas a uma amostra pouco significativa, mas ficou constatado, na grande maioria, a inadequação de uso das modalidades de discurso.

e) Verificou-se que o nível de escolaridade é fator significativo na capacidade de compreensão e reprodução de textos. No processo educacional, portanto, deve-se dar à escolaridade o mesmo grau de importância que se dá à oralização. Diz-se isto porque a oralização tem tomado lugar de destaque nos métodos educacionais. É evidente que deve ser um dos principais objetivos da reeducação do deficiente auditivo, mas a análise dos dados que visam ao estudo da capacidade de compreensão e reprodução de textos aponta para a necessidade de uma maior preocupação com a escolaridade. O aperfeiçoamento dos processos de compreensão do surdo refletirão, automaticamente, um melhor conhecimento e entrosamento com a realidade que o cerca.

Outras considerações merecem ainda ser feitas em relação aos estudos desenvolvidos neste trabalho. As observações, a seguir, voltam-se para outros aspectos do surdo referentes a:

a) *Características físicas e mentais*

No que concerne ao estudo das características físicas e mentais do deficiente auditivo, um fator chamou especial atenção: a necessidade de uma assistência que permita inibir os processos de lesões cerebrais, descritos por Scuri (In Perelló e Tortosa, 1978, 67) e outros estudiosos, através da educação acústica do surdo. Muitos educadores, baseados no diagnóstico de surdez profunda não mostram uma maior preocupação neste sentido. Segundo eles, a educação acústica em si

mesma, pouco ou nada contribui para o processo de oralização. Evidentemente, procuram propiciar estímulos acústicos que dêem ao deficiente noções básicas de ritmo e sons em geral, se possível, mas desconhecem, provavelmente, implicações de outra ordem, como a assinalada acima. Pensa-se que é preciso dar à estimulação acústica um grau de importância que não se prenda apenas às noções de ritmo e oralização.

b) *Formação de processos mentais*

Quanto aos processos mentais do deficiente auditivo, tendem a desenvolver-se, sob certos aspectos, de modo diferente dos de um ouvinte normal em decorrência da ausência da linguagem (no sentido específico da linguagem adquirida e usada pelo falante normal). Tenha-se, como exemplo, a dificuldade do desenvolvimento de processos analógicos e de dedução que, muitas vezes, apenas se manifestam de maneira rudimentar. Estas características levam a pensar na reformulação ou aperfeiçoamento dos processos de reeducação no sentido de utilizarem recursos que contornem esta dificuldade e, ao mesmo tempo, propiciem o desenvolvimento destes processos em termos de reabilitação.

c) *Desenvolvimento da personalidade*

No que se refere ao desenvolvimento da personalidade, os parâmetros que compõem a realidade do deficiente auditivo são diferentes dos que retratam a realidade do ouvinte normal. A ausência da audição e da linguagem é, também neste aspecto, prejudicial, pois propicia o desenvolvimento de manifestações de comportamento e características de personalidade através de parâmetros que são adquiridos e desenvolvidos, muitas vezes, de modo diverso. Pensa-se, aqui, no entanto, que as características de personalidade do surdo não devem ser enquadradas nos mesmos moldes das do ouvinte para considerá-lo recuperado. A ausência da linguagem interfere no seu desenvolvimento e estabelece uma diferença comportamental que deve ser levada em conta neste processo de recuperação. Admite-se que necessite moldar sua personalidade de acordo com os princípios básicos que regem o comportamento da maioria e, neste sentido, sente dificuldade de adaptar-se. Mas exigir que todas as suas características sejam iguais às de um ouvinte normal para considerá-lo psicologicamente reabilitado é desrespeitar sua diferença.

d) *Integração social*

Em relação a este aspecto, o significado social da surdez está intimamente ligado à ausência da linguagem comum ao meio cultural em que vive o surdo.

Mas a integração social do surdo não se caracteriza, apenas, por prepará-lo para a vida em comum com os ouvintes. É necessário respeitá-lo em sua comunidade, admitindo os parâmetros de conduta que não interfiram de modo negativo na sociedade de modo geral. Partindo do princípio de que deve ser respeitado em sua diferença, é inadmissível bloquear manifestações próprias de seu meio, como é o caso do uso da linguagem sinalizada. Se se admitem dialetos em geral, com muito mais razão é preciso respeitar uma língua da qual muitos dependem para se comunicarem. Diz-se isto independente dos critérios adotados para a reeducação do deficiente auditivo. Mesmo os educadores que defendem ser prejudicial a interferência dos sinais na fase de oralização, não se entende que possam, vias de fato, não a aceitarem *a posteriori*. Negar características próprias desta comunidade é também uma maneira de negar-lhes recursos de integração.

e) *Aquisição da linguagem*

No que se refere à aquisição da linguagem, defende-se a teoria da fundamentação biológica e a *questão de crescimento e maturação de capacidades relativamente fixas em condições externas adequadas* (Chomsky, 1966, 78-9). Deste modo, admite-se um ponto de partida comum para os ouvintes normais e os deficientes auditivos, mas uma diferenciação dos estímulos vivenciados. Defende-se a existência de uma linguagem própria, naturalmente desenvolvida, ainda que o surdo não tenha sido exposto a qualquer tipo de aprendizagem. Quando se trata da aquisição de uma língua, no entanto, os princípios que servem ao estudo da aquisição pelo surdo, não podem ser os mesmos de uma criança normal. Seja por imaturidade psíquica em relação aos primeiros anos de vida, seja pela natureza mesma das diferenças de experiência, tais princípios são ativados de modo diverso. É inegável que a concepção do mundo do surdo profundo congênito é bem diferente da concepção de uma criança ouvinte e isto, por si só, determina uma diferença dos processos de aquisição. Também atento a este aspecto, este estudo volta ao problema da preocupação com o desenvolvimento do sentido acústico para colocá-lo em funcionamento ainda que rudimentar, ao se compararem os estudos de Scuri (op. cit.) e Luria (1976, 98): o pensamento de Scuri acusa a possibilidade de atrofia, por falta de uso, da zona cerebral responsável pela recepção auditiva e isto pode perturbar áreas adjacentes, que coincidem, segundo a descrição de Luria, com as zonas responsáveis pela assimilação dos códigos léxico-morfológicos e semânticos. Tais seqüelas podem interferir diretamente nos mecanismos de aquisição.

f) *Língua materna*

É oportuno apresentar também a questão do que seria a língua materna de um surdo profundo congênito que não seja filho de surdos e não tenha sido exposto à Língua dos Sinais, nos primeiros anos de vida. A língua que este surdo aprende, através da reeducação, pode ser considerada materna tendo em vista as características do processo de aprendizagem? Teria este surdo desenvolvido em primeiro lugar um outro mecanismo de linguagem decorrente de uma outra interpretação de estímulos ao processo de aquisição? Se assim é, a língua que aprende após o desenvolvimento desta linguagem não é materna no sentido que se costuma conceber. Os estímulos para a aquisição são diferentes e também são diferentes os processos de aquisição posteriores a uma outra linguagem já desenvolvida de modo diverso da linguagem de um ouvinte normal.

g) *Descrição dos métodos de educação para a aquisição da linguagem*

No que toca a este item, algumas considerações merecem ser feitas: em primeiro lugar, a literatura a respeito não é acessível, sendo que muitos métodos são descritos apenas superficialmente. Embora não tenha sido um dos objetivos do trabalho a descrição minuciosa de qualquer método, a falta de bibliografia e informações mais precisas reflete-se na área especializada em termos de avanços educacionais. Em segundo lugar, constatou-se, pelo menos aparentemente, uma preocupação maior dos métodos com relação à realização dos sons da fala em comparação com os que se dedicam a desenvolver os aspectos sintáticos. Contestou-se a validade do que seria este "fazer falar". Alguns métodos só teriam valor, portanto, se conjugados a outros, cujos objetivos determinam a aquisição da linguagem propriamente dita. Em relação à terminologia adotada neste item, a expressão "não oralista" é usada apenas em consonância a uma gíria usada pelos oralistas, mas não determina em nada a simpatia por esta denominação, visto que entre os objetivos destes métodos, destaca-se, também a oralização.

h) *Língua dos Sinais*

Ainda que não tenha sido objetivo deste trabalho o estudo da Língua dos Sinais, esta se impôs no decorrer de toda a pesquisa por auxiliar o contato com o surdo, pela constatação de sua interferência no desempenho da Língua Portuguesa e, principalmente, por sua presença como língua usada por uma comunidade. Esta língua, no entanto, ainda não foi descrita e é desprestigiada, muita vezes, pelo próprio surdo que, embora a utilize, foi educado num sistema que inibe o seu

uso por considerá-lo prejudicial aos métodos de oralização. Assim, a tentativa de reabilitá-lo desprestigia um instrumental importante de comunicação. A descrição da Língua dos Sinais do Brasil faz-se necessária não apenas pelo conhecimento da língua em si mesma, seus mecanismos gramaticais e suas características, mas por tornar possível:

- a) o estudo de sua interferência no desempenho do português;
- b) a análise desta língua como elemento importante de contribuição ao estudo dos universais lingüísticos;
- c) o conhecimento do instrumental de comunicação usado por uma comunidade, podendo trazer significativas contribuições ao processo educativo.

i) *Levantamento de dados referentes aos informantes*

No que concerne à pesquisa de campo, registra-se a dificuldade de levantamento de dados referentes ao informante. Muitas vezes não se pôde verificar a etiologia da surdez de cada deficiente e outros dados mais específicos que descrevem as características de sua deficiência. Isto fez com que se tornasse impossível uma classificação rigorosa dos informantes testados. Do levantamento feito, no entanto, foi possível observar, através da descrição do percurso escolar, que, de modo geral, os deficientes sofrem o mesmo processo educacional, embora possam apresentar etiologias diferentes de surdez. É provável que muitas falhas de educação sejam decorrentes desta igualdade de tratamento a indivíduos que apresentam características diferentes, pois, em muitos casos, é possível que a deficiência seja apenas aparentemente a mesma. Um surdo congênito cuja etiologia é o fator RH, por exemplo, pode não apresentar as mesmas características neurofisiológicas das de um surdo cuja mãe teve rubéola no período de gestação ou sofreu tratamento medicamentoso ototóxico. Dados os avanços técnicos que permitem apurar com mais exatidão as condições mentais do indivíduo, uma reabilitação eficiente não pode desprezar um estudo mais profundo de cada caso antes de se iniciar a aplicação de quaisquer métodos de educação.

j) *Desempenho lingüístico e métodos de reeducação*

A eficiência na utilização da língua reflete e estabelece, sob certos aspectos, o grau de recuperação e reabilitação alcançado pelo surdo. No que se refere ao desempenho lingüístico, a tese testou a eficácia do processo educacional usado para a reeducação deste deficiente. Verificou-se que, nos padrões dos objetivos educacionais propostos para esta reeducação, há uma

inadequação dos métodos utilizados. O desempenho de alguns informantes testados prova que é possível uma reeducação efetiva. A falha deverá estar, portanto, na ineficácia dos métodos usados para a grande maioria.

Foi neste sentido que este artigo procurou apontar pontos nevrálgicos a fim de colocá-los à disposição dos especialistas da área para uma possível reformulação ou aperfeiçoamento dos métodos, técnicas, processos e instrumental de reeducação lingüística do surdo.

Referência Bibliográfica

- CHOMSKY, N. *Lingüística cartesiana*. Petrópolis, Vozes, 1966, 117p.
FERNANDES, E. *Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo*. Rio de Janeiro, Agir, 1990, 162p.
LURIA, A.R. *Basic problems of neurolinguistics*. Paris, Mouton, 1976, p. 3-234.
PERELLÓ, J. e TORTOSA, F. *Sordomudez*. Barcelona, Medica, 1978, 444p.